

Reunião negociação geral anual

A reunião iniciou-se pelas 11h20

O Ministro das Finanças não esteve presente na reunião de negociação, fazendo-se representar pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, facto que a FCSAP entende, apesar da justificação de agenda apresentada, ser de sublinhar como um desrespeito pelo direito constitucional de negociação colectiva das estruturas sindicais.

A FCSAP interveio reafirmando toda a fundamentação política da Proposta Reivindicativa Comum para 2017 bem como as exigências e reivindicações ali constantes, sublinhando o amplo processo de discussão com os trabalhadores que decorre desde Junho de 2016.

Contrariamente ao expectável, o Governo não apresentou qualquer contraproposta escrita, limitando-se a expor sumariamente as condicionantes macroeconómicas do Orçamento do Estado para 2017 que determinam as opções governativas de não existir qualquer proposta para aumentos salariais nem descongelamento das progressões das carreiras dos trabalhadores da Administração Pública. O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais sublinhou, sem apresentar quaisquer dados, que a reversão dos cortes e a eliminação da sobretaxa do IRS representariam uma grande despesa orçamental que condiciona a tomada de outras medidas na Administração Pública, avançando que em termos de pagamento do subsídio de Natal em Novembro, tal não tem qualquer impacto nas contas públicas e que se espera que se cumpra com a meta do défice, tal como definida pelo Governo.

Afirmou ainda que é intenção do Governo aumentar o investimento público e melhorar os serviços públicos sem concretizar qualquer proposta, bem como aliviar a carga fiscal por via do alívio dos impostos directos referentes aos rendimentos do trabalho situados no primeiro escalão, sem contudo, concretizar quaisquer medidas.

A SEAP apenas referiu que às negociações seria chamado o Ministério da Saúde a fim de discutir a contribuição para a ADSE e ficou apontada como data possível para a próxima reunião o dia 21 de Outubro para marcação do calendário negocial e para discussão das matérias referentes ao ponto 1 da PRC da proposta reivindicativa (designadamente as questões remuneratórias).

A FCSAP lamentou que a realização da reunião não tenha servido para a concretização de qualquer contraproposta nem para dar qualquer resposta aos trabalhadores, mas apenas

RESUMO DE REUNIÃO COM O GOVERNO

12 DE OUTUBRO DE 2016

para cumprimento de calendário, rejeitando este tipo de funcionamento. A negociação colectiva serve para discutir questões concretas e os trabalhadores da Administração Pública não podem continuar à espera, indefinidamente, nem continuar a pagar os juros de uma dívida que não contraíram ou a ser dos principais atingidos por décadas de políticas.

A reunião terminou pelas 12h35

FCSAP